

ÍNDICE

TÍTULO I INTRODUÇÃO

1. O Direito Civil como direito privado comum.	5
2. Princípios fundamentais.	11
a. O Personalismo Ético.	11
b. O princípio da autonomia.	15
c. O princípio da responsabilidade.	16
d. O princípio da confiança e da aparência.	19
e. O princípio da boa fé.	21
f. O princípio da paridade jurídica.	23
g. O princípio da equivalência.	24
h. O reconhecimento da propriedade e a sua função.	27
i. O respeito pela família e pela sucessão por morte.	28
3. Os dados extrajurídicos e as janelas do sistema: a natureza das coisas ...	30

TÍTULO II AS PESSOAS

CAPÍTULO I AS PESSOAS SINGULARES

4. A personalidade jurídica.	35
5. O direito de personalidade.	38
6. Direito objectivo e direito subjectivo de personalidade.	39
7. Tutela jurídica da personalidade.	44
a. Em geral.	44
b. Tutela civil da personalidade.	46
c. A defesa da personalidade das pessoas já falecidas.	49
d. Direito de personalidade e autonomia privada.	52

8. O direito à vida	56
9. O direito à integridade física e psíquica	59
10. O direito à inviolabilidade moral	61
11. O direito à honra	61
12. O direito à privacidade	65
13. O direito à identidade pessoal e ao nome	69
14. O direito à imagem	70
15. Início da personalidade jurídica e o estatuto jurídico do nascituro	72
16. O termo da personalidade jurídica: a morte	84
17. O estatuto jurídico do cadáver	87
18. A capacidade jurídica	89
19. Capacidade de gozo e capacidade de exercício	90
20. Capacidade e legitimidade	92
21. O estado, <i>status</i> ou estatuto	94
22. A esfera jurídica	95
23. O património	96
24. Domicílio e residência habitual	99
25. Estatuto jurídico da ausência	101
26. Curadoria provisória	103
27. Curadoria definitiva	105
28. Morte presumida	107
29. O regresso do ausente	108
30. Incapacidades	110
31. Incapacidade dos menores	111
32. A incapacidade dos interditos e dos inabilitados	119

CAPÍTULO II AS PESSOAS COLECTIVAS

33. O exercício jurídico colectivo, a contratualidade, a comunhão, a socialidade, a instituição e a personalização	127
34. Natureza da personalidade colectiva	132
35. O substrato, a organização e o reconhecimento das pessoas colectivas ...	140
a. Substrato	140
b. Elemento pessoal	142
c. Elemento patrimonial	143
d. Elemento teleológico	144
e. Reconhecimento	145
36. A tipicidade das pessoas colectivas	146
37. Classificações das pessoas colectivas	153
38. A capacidade de gozo das pessoas colectivas	154

39. Limitações legais específicas à actuação de certas pessoas colectivas	156
40. O fim e o objecto social das pessoas colectivas	159
41. Capacidade de exercício ou organicidade nas pessoas colectivas	162
42. Organização das pessoas colectivas	164
43. Os actos <i>ultra vires</i>	168
44. A vinculação das pessoas colectivas	177
45. A responsabilidade das pessoas colectivas	178
46. A desconsideração da personalidade colectiva	182
47. As associações	188
48. As fundações	193
49. As sociedades civis simples	202
a. O tipo da sociedade civil simples	202
b. O problema da personificação das sociedades civis simples	204
c. Critério da personificação	205
d. Diferenças de regime	208
50. As associações sem personalidade jurídica e as comissões especiais. ...	210
a. Associações sem personalidade	211
b. O contrato e o fundo comum	211
c. As comissões especiais	212

TÍTULO III OS BENS

51. Bens jurídicos e coisas jurídicas	215
52. Noção e características das coisas	217
53. Classificações das coisas	219
54. Coisas corpóreas e incorpóreas	219
55. Coisas no comércio e coisas fora do comércio	220
56. Coisas móveis e imóveis	222
57. Coisas simples e complexas; compostas e colectivas	225
58. Coisas fungíveis e infungíveis	227
59. Coisas consumíveis e inconsumíveis	228
60. Coisas divisíveis e indivisíveis	229
61. Coisas presentes e futuras	230
62. Coisas principais e acessórias	231
63. Coisas frutíferas e infrutíferas: os frutos	233
64. As benfeitorias	235

TÍTULO IV
O EXERCÍCIO JURÍDICO

CAPÍTULO I

SITUAÇÕES JURÍDICAS, RELAÇÕES JURÍDICAS E DIREITOS SUBJECTIVOS

65. Situações, relações e posições jurídicas	239
a. Situações da vida e situações jurídicas	239
b. Relações da vida e relações jurídicas	240
c. Situações e relações socialmente típicas	241
d. Posições jurídicas	241
66. Bem, interesse e poder	243
a. Noção jurídica de bem	243
b. Noção jurídica de interesse	244
c. Noção jurídica de poder	246
67. Poderes de gozo, poderes creditícios e poderes potestativos	246
a. Poderes de gozo	246
b. Poderes creditícios	247
c. Poderes potestativos	248
68. O direito em sentido objectivo e em sentido subjectivo	249
a. Direito objectivo e direito subjectivo	249
b. As raízes do direito subjectivo	250
c. A vontade e o interesse no direito subjectivo	255
69. O direito subjectivo como estrutura	256
70. O direito subjectivo como substância	260
71. Limites do direito subjectivo: o abuso do direito	265
a. Contrariedade à boa fé	266
i. <i>Honeste agere</i>	267
ii. <i>Alterum non laedere</i>	268
iii. <i>Venire contra factum proprium</i>	268
b. Contrariedade aos bons costumes	269
c. Desvio em relação ao fim social ou económico	270
d. Tipos doutrinários tradicionais de abuso do direito	271
i. <i>Exceptio doli</i>	272
ii. <i>Venire contra factum proprium</i>	272
iii. Inalegabilidades formais	274
iv. <i>Supressio</i> (<i>Verwirkung</i>) e <i>surrectio</i> (<i>Erwirkung</i>)	274
v. <i>Tu quoque</i>	275
vi. Exercício em desequilíbrio	275
e. Consequências jurídicas do abuso do direito	276
72. Conceito de direito subjectivo	277

73. Contitularidade de direitos subjectivos	284
a. Em geral	284
b. A compropriedade	285
c. A contitularidade de direitos de crédito	287
d. Contitularidade da participação social	287
e. Outros tipos de contitularidade	288
74. Expectativas jurídicas	288
75. Exercício e tutela dos direitos subjectivos	290
a. Colisão de direitos	291
b. Acção directa	292
c. Legítima defesa	293
d. Estado de necessidade	295
e. Consentimento do lesado	296
76. Vicissitudes das situações jurídicas e dos direitos subjectivos	297
a. Constituição	297
b. Modificação	298
c. Disposição e extinção	299

CAPÍTULO II
A CAUSA

77. As raízes da causa	303
78. Influência da causa	307
79. Modalidades da causa	310
a. Causa objectiva e causa subjectiva	310
b. Causa classificativa e causa de juridicidade	310
c. Causa da atribuição patrimonial	312
d. Causa da obrigação	312
e. Causa do negócio jurídico	313
f. <i>Consideration</i>	314
80. Causalidade e abstracção	315

CAPÍTULO III
A REPRESENTAÇÃO

81. O fenómeno representativo	319
a. Representação e substituição	319
b. Representação e legitimação	320
c. Representação e interposição	321
82. Actuação em nome de outrem (<i>contemplatio domini</i>) e actuação por conta de outrem	322

83. O interesse no agir representativo	323
84. A relação subjacente ou fundamental	324
85. O relacionamento interno e externo na representação	325
86. Representação legal, orgânica e voluntária	327
a. Representação legal	327
b. Representação orgânica	328
c. Representação voluntária	329
87. Capacidade para o exercício representativo	330
88. Falta ou vícios da vontade e outros estados subjectivos relevantes	331
89. Justificação dos poderes do representante	333
90. Negócio consigo mesmo	334
91. Representação sem poderes e abuso da representação	335
92. A procuração	341
93. Outorga da procuração	342
a. Procuração expressa	342
b. Procuração tácita	343
94. Vicissitudes da procuração	345
a. Instruções	345
b. Modificações	347
c. Revogação da procuração	347
d. Extinção da procuração	351
e. Eficácia interna e externa das vicissitudes da procuração.	351
95. O substabelecimento	353
96. A forma da procuração	353

CAPÍTULO IV

O TEMPO E A ESTABILIZAÇÃO DAS SITUAÇÕES JURÍDICAS

97. A evolução no tempo de situações jurídicas duradouras: a alteração de circunstâncias	357
a. A doutrina da cláusula “ <i>rebus sic stantibus</i> ”	358
b. A doutrina da pressuposição	359
c. A doutrina da imprevisão	360
d. A doutrina da base do negócio	361
e. A doutrina do risco	363
f. A doutrina da “ <i>frustration</i> ”	364
g. A alteração de circunstâncias no direito português	368
i. Em geral	368
ii. A anormalidade da alteração de circunstâncias	371
iii. A perturbação da justiça interna do contrato	372
iv. O papel da boa fé	373

v. O efeito da mora	374
vi. A modificação do contrato	375
vii. A resolução do contrato	377
98. A necessidade de estabilidade da vida jurídica e os processos de estabilização: prescrição, caducidade e não uso	377
99. A prescrição	380
a. prescrição comum e presuntiva	381
b. Invocação da prescrição	383
c. Início do prazo da prescrição	385
d. Suspensão da prescrição	385
e. Interrupção da prescrição	389
100. Caducidade	391
a. Caducidade e autonomia privada	391
b. Oficiosidade do conhecimento da caducidade	393
c. Início e curso do prazo de caducidade	393
101. O não uso	394

TÍTULO V

OS NEGÓCIOS JURÍDICOS

CAPÍTULO I

NOÇÕES PRÉVIAS

102. As acções	399
103. Os factos jurídicos “ <i>stricto sensu</i> ”	401
a. Perspectiva substantiva silogística	401
b. Perspectiva analógica e hermenêutica	403
104. Os actos jurídicos	405
105. Os negócios jurídicos.	409
a. O negócio jurídico como acto de autonomia privada.	409
b. O negócio jurídico como operador juscientífico	410
c. O negócio jurídico como vontade e como declaração	411
d. A vontade dos “efeitos jurídicos” e dos “efeitos práticos”	414
e. O negócio como “facto” e como “valor”	415
106. Liberdade de celebração e liberdade de estipulação	416
107. Autonomia e heteronomia	420
108. Limites da autonomia privada e área objectiva de licitude	423
109. A ilicitude e as suas consequências. Invalidez e responsabilidade ...	425
110. Pressupostos dos negócios jurídicos	428
a. As partes	428

b. Capacidade	429
c. Legitimidade	430
d. Objecto	434

CAPÍTULO II
CLASSES DE NEGÓCIOS JURÍDICOS

111. Classe e classificação. Distinção do tipo	437
112. Negócios unilaterais e plurilaterais	439
113. Negócios "inter vivos" e "mortis causa"	441
114. Negócios consensuais e formais	441
115. Negócios pessoais e patrimoniais	442
116. Negócios obrigacionais, reais, familiares e sucessórios	442
117. Negócios sinalagmáticos	445
118. Negócios gratuitos e onerosos	447
119. Negócios comutativos, aleatórios e parciários	448
120. Negócios de administração e de disposição	450
121. Negócios causais e abstractos	452

CAPÍTULO III
FORMAÇÃO DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS

122. A declaração negocial e a sua perfeição	455
123. A declaração expressa, a declaração tácita e o silêncio	460
124. A declaração negocial nos negócios entre presentes e entre ausentes ...	465
125. A proposta contratual e o convite a contratar	466
a. A proposta de contrato	466
b. O convite a contratar	468
c. Eficácia vinculativa da proposta	469
d. Revogação da proposta	472
e. Morte ou incapacidade do proponente	473
126. A aceitação	475
127. Tipos de processos de contratação	478
a. Proposta-aceitação	479
b. Contratação sobre documento	480
c. Contratação em leilão	480
d. Contratação automática	482
e. Venda por catálogo	483
f. Contratação em auto-serviço	484
g. Contratação electrónica	485

128. O consenso e o dissenso	486
a. O consenso	486
b. O dissenso	486
129. A culpa <i>in contrahendo</i>	490

CAPÍTULO IV
OS NEGÓCIOS UNILATERAIS

130. Noção	497
131. Promessas unilaterais nuas: a promessa de cumprimento e o reconhecimento de dívida	501
132. Atipicidade dos negócios jurídicos unilaterais	509
133. A promessa ao público	514
134. Os concursos	517
135. As ofertas públicas de aquisição, de venda e de troca. Remissão	523

CAPÍTULO V
OS CONTRATOS

136. Noção	525
137. Tipos de contratos	527
138. O tipo contratual	528
139. Contratos típicos e atípicos	531
140. Contratos mistos	532
a. Contratos puros e mistos	532
i. Classificação tipológica: contratos mistos de tipo múltiplo e de tipo modificado	533
ii. Classificação tradicional: contratos mistos combinados, de tipo duplo e em sentido estrito	533
b. A absorção, a combinação, a analogia e a criação	535
141. União de contratos	540

CAPÍTULO VI
INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS

142. Interpretação e integração	545
a. A interpretação das declarações negociais	545
b. A integração das declarações negociais	547
143. Critérios legais	550
a. O critério geral do artigo 236.º do Código Civil	550

b. A relevância do carácter gratuito ou oneroso na interpretação	554
c. A interpretação dos negócios formais	556
d. A interpretação dos testamentos	558
e. A interpretação das cláusulas contratuais gerais	559
f. Regras sobre a integração das declarações negociais	560

CAPÍTULO VII

A QUALIFICAÇÃO DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS

144. As definições legais dos tipos negociais	565
a. O problema das definições	565
b. Definições lexicais, definições estipulativas e redefinições	566
c. Síntese	567
145. A qualificação	568
a. A qualificação como juízo predicativo	568
b. Os índices do tipo	570
c. O juízo primário e o juízo secundário	571
d. A correspondência ao tipo e a ordenação no tipo	573
146. Relevância da tipicidade ou atipicidade. A importância dos tipos de referência e dos tipos-padrão	574

CAPÍTULO VIII

O CONTEÚDO DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS

147. O conteúdo dos negócios jurídicos	579
148. Distinção entre conteúdo e objecto	581
149. A licitude do conteúdo	583
a. Não contrariedade à Lei	585
b. Não contrariedade à Moral	586
c. Não contrariedade à Natureza	589
d. Não contrariedade à Ordem Pública	591
150. A fraude à lei e os negócios fraudulentos	592
151. A dignidade de protecção legal	596
152. A doutrina dos elementos do negócio jurídico e processo subsuntivo: elementos essenciais, naturais e acidentais	599
153. O processo tipológico: a comparação, a graduação, a analogia e a criação	602
154. A condição	606
a. Condições impróprias	606
b. Condições ilícitas	607
c. Condições suspensivas e resolutivas	609

d. Condições causais, potestativas e mistas	610
e. Pendência da condição	612
f. Verificação da condição	614
g. Eficácia da condição	615
h. Negócios incondicionáveis	615
155. O termo	616
a. Termo inicial e termo final	616
b. Termo certo e termo incerto	616
c. Modo de contagem do termo	616
d. Pendência do termo	618
e. Negócios insusceptíveis da estipulação de termo	618
156. O modo	619
a. Conteúdo do modo	619
b. Regime legal do modo	620
c. Distinção entre o modo e a condição	622
157. A lesão e a usura	623
a. A lesão	623
b. A viragem da lesão para a usura	624
c. A usura como vício do conteúdo do negócio jurídico	625
d. O requisito objectivo da usura: o desequilíbrio excessivo ou injustificado	626
e. Requisito subjectivo atinente ao lesado: a inferioridade	627
f. Requisito subjectivo atinente ao usurário: a exploração reprovável ..	628
g. Consequência jurídica: a anulação ou a modificação	629
158. As cláusulas contratuais gerais	630
a. Tipos de cláusulas contratuais gerais iníquas	631
b. Nulidade das cláusulas contratuais gerais	635
c. Acção inibitória	635
159. Negócios indirectos	636
160. Negócios fiduciários	640

CAPÍTULO IX

A VONTADE E A DECLARAÇÃO NEGOCIAIS

161. A liberdade e esclarecimento como pressupostos da validade negocial ..	653
162. A falta de vontade negocial	654
a. A coacção absoluta	655
b. A falta de consciência da declaração	656
c. As declarações não sérias	657
d. A falta de vontade em cláusulas contratuais gerais	657
163. Vícios da vontade	658

a. O erro	659
i. Erro sobre a pessoa ou sobre o objecto do negócio	659
ii. Erro sobre os motivos	661
iii. Erro sobre a base do negócio	662
iv. Síntese do sistema legal da relevância do erro espontâneo	667
b. O dolo	674
c. A coacção moral	677
d. O estado de necessidade e a usura (remissão)	679
e. A incapacidade acidental	679
164. Vícios da declaração	680
a. A divergência entre a vontade e a declaração	681
b. A simulação	682
i. Realidade e aparência	682
ii. Tipos de simulação	684
iii. A simulação e a forma	685
iv. Arguição da simulação	692
v. Prova da simulação	695
c. A reserva mental	697
d. O erro na declaração	699
e. Erro de cálculo ou de escrita	700
f. Erro na transmissão da declaração	701

CAPÍTULO X

A FORMA DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS

165. A forma	703
166. Forma e formalidades	704
167. Forma interna e forma externa	705
168. Forma "ad substantiam" e forma "ad probationem"	707
169. Forma legal, forma convencional e forma voluntária	707
a. Forma legal	707
b. Forma convencional	710
c. Forma voluntária	712
170. A forma das estipulações e pactos acessórios	713
a. As estipulações e pactos acessórios anteriores e contemporâneos ..	714
b. As estipulações e pactos acessórios posteriores	715
171. A forma dos negócios atípicos	716
172. A consequência legal da falta de forma e o dever de formalização	718

CAPÍTULO XI

VALORES NEGATIVOS DOS ACTOS E NEGÓCIOS JURÍDICOS

173. Inexistência	735
174. Invalidade: nulidade e anulabilidade	740
a. Invalidade e desvalor do acto	740
b. Interesse público e privado na invalidade	740
c. Carácter originário ou superveniente	742
d. Legitimidade	743
e. Retroactividade	746
f. Oponibilidade	747
g. Caducidade	748
h. Modo de arguição	749
i. Confirmação e renovação	750
j. Invalidades atípicas	751
k. Simples irregularidades	752
175. Ineficácia simples	752

CAPÍTULO XII

O FAVOR NEGOTII

176. O favor negotii	755
177. A redução	757
178. A conversão	759
179. O relacionamento entre a redução e a conversão	762
180. A superação judicial das invalidades formais	765

CAPÍTULO XIII

A EXTINÇÃO DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS

181. A revogação	771
182. A resolução	772
183. A denúncia	773
184. A caducidade	775
Bibliografia	777

Índice	793
---------------------	-----